

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS  
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

*Não deixe de preencher as informações a seguir:*

<b>Prédio</b>			<b>Sala</b>
<b>Nome</b>			
<b>Nº de Identidade</b>	<b>Órgão Expedidor</b>	<b>UF</b>	<b>Nº de Inscrição</b>

**ASSISTENTE DE COMPRAS**

**ATENÇÃO**

- *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, assim distribuídas:*
  - **Conhecimentos Gerais** – 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Informática, 05 (cinco) questões de Noções de Direito Constitucional, 10 (dez) questões de Noções de Direito Administrativo; e
  - **Conhecimentos Específicos** – 10 (dez) questões de Direito Financeiro, 10 (dez) questões de Licitações e Contratos Administrativos e 10 (dez) questões de Direito Civil.
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*



**LÍNGUA PORTUGUESA**

**TEXTO 1 para as questões 01 e 02**



Disponível em: [www.velhosamigos.com.br](http://www.velhosamigos.com.br)

**01. Sobre a charge acima, são feitos abaixo alguns comentários acerca de PONTUAÇÃO. Analise-os.**

- |  |
|--|
| <p><b>I.</b> A vírgula existente após o termo "querida" isola o vocativo.<br/> <b>II.</b> A vírgula após o termo "endividado" caracteriza um erro gramatical.<br/> <b>III.</b> Deveria haver vírgula após "que" e "bem".<br/> <b>IV.</b> As exclamações poderiam ser substituídas por interrogações.</p> |
|--|

**Está CORRETO somente o que se afirma em**

- A) I e IV.                      B) II, III e IV.                      C) I e II.                      D) I, II e III.                      E) I, II e IV.

**02. Sobre o verbo "chamar", no contexto apresentado no texto 01, está CORRETO o que se afirma na alternativa**

- A) Estaria correta também a construção: que se eu chamá-lo a meu bem.  
 B) Significa convocar, e o complemento sempre vem regido de preposição.  
 C) Significa apelidar, e o complemento verbal pode vir regido ou não de preposição.  
 D) Significa apelidar e não exige a presença de predicativo.  
 E) O seu complemento é sempre indireto, e o predicativo se rege de preposição.

**03. Observe os trechos abaixo:**

- |  |
|--|
| <p><b>I.</b> "Comprarás não o que te é útil, mas o que te é necessário." (Marcos Catão)<br/> <b>II.</b> "Às vezes, para comprares o alheio, venderás o vosso." (Publílio Siro)</p> |
|--|

**Sobre eles, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Se o sujeito do texto I fosse "você", estaria correto: Comprará não o que lhe é útil, mas o que vos é necessário.  
 B) Se o sujeito do texto II fosse "vós", estaria correto: Às vezes, para comprardes o alheio, vendereis o vosso.  
 C) Caso o sujeito do texto I fosse "vós", estaria correto: Comprareis não o que te é útil, mas o que te é necessário.  
 D) Caso o sujeito do texto II fosse "você", estaria correto: Às vezes, para comprar o alheio, vendereis o vosso.  
 E) Em sendo o sujeito do texto I o pronome "nós", estaria correto: Compraremos não o que nos é útil, mas o que lhe é necessário.

**TEXTO 02 para as questões de 04 a 08**

*Na hora de pagar, o homem tira a carteira do bolso traseiro, saca o cartão e, vapt, vput! Está pago.  
Elas, quanta delicadeza! Como são misteriosas e grandes as bolsas femininas!. Metem a mão com cuidado, como se dentro daquele depósito tivesse uma barata ou uma rã. Vão tentando localizar a carteira ou o cartão. Retiram de tudo um pouco: Batons, espelhos, pentes, cadernetas, minúsculas canetas e óculos escuros.*

*Cartão? Dinheiro? Ora, isso pode esperar, reflète o triste caixa, e a fila que se alonga.*

*Enfim, pagamos! Pagamos todos nós, homens e mulheres dos tempos modernos, que trabalham para comprar alimentos estocados em grandes áreas chamadas de supermercado, com seus atrativos corredores repletos de produtos conhecidos e desconhecidos para alguns.*

*Respeitadas as idiossincrasias comuns, alguns consideram a ida ao supermercado um agradável passeio. Outros caminham para lá como se estivessem indo para o patíbulo.*

*Não há o quê fazer! Somos escravos da modernidade e do progresso construído por nós.*

Aloysio Clemente M. I. de J. Breves Beiler.

Disponível em: [www.revescafe.oi.com.br](http://www.revescafe.oi.com.br). Rio de Janeiro, RJ. [04.10.2007]

**04. Após a leitura do texto, conclui-se que**

- A) a ida ao supermercado é algo prazeroso, sobretudo à ala masculina.
- B) a modernidade é manipulada pelo próprio homem.
- C) em sua grande maioria, as bolsas femininas são fáceis de manuseio.
- D) na hora de pagar, as mulheres são menos ágeis que os homens.
- E) em seu interior, normalmente, as bolsas femininas contêm poucos objetos.

**05. Sobre ORTOGRAFIA, observe os itens abaixo:**

- I. "Elas, quanta delicadeZa! Como são misteriosas e grandes as bolsas femininas!."
- II. "Respeitadas as idioSSincrasias comuns, alguns consideram a ida ao supermercado um agradável passeio."
- III. "Ora, isso pode esperar, reflète o triste caiXa, e a fila que se alonGa."

**Sobre eles, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Como o termo "delicadeZa" do item I, grafa-se o termo "turqueZa".
- B) No item II, existe um termo sublinhado e o destaque para o dígrafo SS. Como esse termo, grafa-se o termo "rechaSSar".
- C) Como o termo "caiXa" do item III, grafa-se o termo "faXada".
- D) No item I, existe um termo sublinhado. Como ele, grafa-se o termo "empreZa".
- E) Como o termo sublinhado do item III, "alonGa", grafa-se o termo "aGiota".

**06. Em todas as alternativas, as justificativas em relação ao emprego do sinal de pontuação estão corretas, EXCETO em**

- A) "Na hora de pagar, o homem tira a carteira do bolso traseiro, saca o cartão e, vapt, vput! Está pago" - a primeira vírgula isola termos deslocados, e a segunda separa orações coordenadas assindéticas.
- B) "Como são misteriosas e grandes as bolsas femininas!" - a exclamação poderia ser permutada por uma interrogação e não causaria qualquer prejuízo semântico.
- C) "Pagamos todos nós, homens e mulheres dos tempos modernos,..." - as vírgulas isolam o aposto.
- D) "Batons, espelhos, pentes, cadernetas, minúsculas canetas e óculos escuros" - as vírgulas separam elementos de mesma função sintática.
- E) "Respeitadas as idiossincrasias comuns, alguns consideram a ida ao supermercado um agradável passeio." - a vírgula separa a oração principal da subordinada.

**07. Sobre CONCORDÂNCIA NOMINAL, observe os itens abaixo:**

- I. "Somos escravos da modernidade e do progresso construído por nós" - se o sujeito fosse representado apenas por pessoas do gênero feminino, estaria correto: Somos escravas da modernidade e do progresso construído por nós.
- II. "Somos escravos da modernidade e do progresso construído por nós" - estaria também correto se o termo "construído" estivesse no plural.
- III. "...com seus atrativos corredores repletos de produtos conhecidos e desconhecidos para alguns." - se ao termo "corredores" fosse acrescido o termo "prateleiras", estaria correto: com seus atrativos corredores e prateleiras repletos de produtos conhecidos e desconhecidos para alguns.
- IV. "...trabalham para comprar alimentos estocados em grandes áreas chamadas de supermercado..." - se ao termo "alimentos" fosse acrescido o termo "mercadorias", o termo "estocados" obrigatoriamente concordaria apenas com ele.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) III e IV.

08. Em qual das alternativas abaixo, o termo em parênteses **NÃO** tem o mesmo significado do termo sublinhado?

- A) "Respeitadas as idiossincrasias comuns, alguns consideram a ida..." (sutilezas)
- B) "... reflete o triste caixa, e a fila que se alonga"(encomprida)
- C) "Elas, quanta delicadeza!" ( fineza)
- D) "Somos escravos da modernidade e do progresso construído por nós."(reféns)
- E) "Outros caminham para lá como se estivessem indo para o patíbulo."(forca)

Texto 03 para as questões 09 e 10

#### AS COMPRAS

*Paco Underhill, autor de livros como A Geografia das Compras ou A Ciência das Compras, deu uma entrevista à revista Sábado para falar nesse preciso tema: as compras.*

*Somos uma sociedade consumista, mas, na maioria das vezes, não pensamos nas questões que envolvem o ato da compra: Como comprar? Onde comprar? Por que comprar? Será que preciso mesmo ou o faço só por diversão? Mas este antropólogo esclarece também outras questões: O que detestamos mais numa loja? Detestamos que a troca do dinheiro pelo produto seja descuidada; a sujidade das lojas; as falhas de estoque (quando encontramos uma roupa que queremos e não há o nosso número); lojas grandes (em que uma pessoa quase que se perde) e falta de empregados.*

*O consumidor também dá grande importância ao toque, como por exemplo, o fato de algumas pessoas gostarem de sentir e cheirar os livros. O autor acrescenta um fato interessante: "Se imaginasse o número de mãos que passaram pelo último batom que comprou, seria o suficiente para o querer desinfetar-lo com lixívia".*

Disponível em: [www.administradores.com.br](http://www.administradores.com.br). Adaptado.

09. Utilizando-se do trecho "Somos uma sociedade consumista, mas, na maioria das vezes, não pensamos nas questões que envolvem o ato da compra...", o autor pretendeu revelar ao leitor que

- A) somos todos clientes exigentes e detalhistas no momento de aquisição.
- B) a razão move a grande maioria dos compradores.
- C) embora consumistas, revelamos ser compulsivos e pouco conscientes no momento da aquisição de um produto.
- D) somos uma sociedade de consumo que reflete ser consciente de seus atos, independente do momento que viva.
- E) ao comprarmos produtos, revelamos à sociedade o quanto somos exigentes e conscientes de tudo o que realizamos.

10. Assinale a alternativa cuja mensagem **NÃO** está declarada no texto.

- A) A população é inconsciente quanto ao número de pessoas que tocam os produtos.
- B) Para efetuarmos a compra, não nos questionamos sobre a utilidade do produto a ser adquirido.
- C) O fato de haver problemas em relação ao troco é um dos itens indesejados pelo comprador.
- D) Não importa o tamanho da loja: isso não é critério para se efetuar a compra.
- E) Alguns compradores se valem dos sentidos para avaliar os produtos antes de adquiri-los.

#### INFORMÁTICA

11. Sobre o sistema operacional Windows 7, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Foram elaboradas várias versões do Windows 7 para atenderem às diferentes carências existentes no mercado. Dentre elas, pode-se citar Starter, Home Premium, Professional e Ultimate.
- B) Não existe mais o famoso botão "Iniciar", no qual ficavam os principais comandos e recursos do Windows nas versões anteriores.
- C) O Paint e o WordPad possuem uma nova interface com uma faixa de controle parecida com a do Office 2007.
- D) O botão "Mostrar área de trabalho" se encontra na extremidade direita e inferior da tela.
- E) Os gadgets podem ficar em qualquer lugar da área de trabalho.

12. No Microsoft Office Word 2007, a tecla de atalho CTRL+X refere-se ao comando de

- A) Copiar
- B) Colar
- C) Recortar
- D) Anular a última ação
- E) Repetir a última ação

13. São exemplos de unidades de entrada de um computador, **EXCETO**:

- A) Teclado
- B) Mouse
- C) Microfone
- D) Monitor de vídeo
- E) Scanner

**14. Os navegadores são programas de computador para acesso à Internet. Em relação a alguns dos mais utilizados, associe as colunas corretamente.**

1. Internet Explorer ( ) Foi um dos navegadores responsáveis pela popularização do uso de abas para navegação. Possui uma raposa como ícone.
2. Mozilla Firefox ( ) Já foi o navegador mais utilizado no mundo, mas teve uma grande queda nos últimos tempos, ocupando a segunda posição atualmente. Foi produzido inicialmente pela Microsoft.
3. Google Chrome ( ) Atualmente, é o navegador mais utilizado no mundo. Foi desenvolvido com o objetivo de ser um navegador mais rápido que os demais.

**Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.**

- A) 1-2-3                      B) 2-1-3                      C) 3-2-1                      D) 3-1-2                      E) 1-3-2

**15. Complete a frase:**

*Ao se enviar um e-mail, diversos campos precisam ser preenchidos. Dentre eles, encontra-se o \_\_\_\_\_, que se você adicionar um nome de destinatário nesse campo, uma cópia da mensagem será enviada para este destinatário e o nome dele não será visto pelos outros destinatários da mensagem.*

**Assinale a alternativa que apresenta a palavra que completa CORRETAMENTE a frase acima**

- A) Para                      B) Cc                      C) Cco                      D) Assunto                      E) Anexar

## **NOCÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**16. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO**

- A) Prevalência dos direitos humanos.  
B) Não intervenção.  
C) Igualdade entre os Estados.  
D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.  
E) Concessão de asilo político.

**17. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela, podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em qualquer horário, em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro ou por determinação judicial.  
B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.  
C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.  
D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.  
E) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**18. Assinale a alternativa INCORRETA, conforme previsão na Constituição Federal.**

- A) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.  
B) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.  
C) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.  
D) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.  
E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.



**19. Sobre a Administração Pública prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- C) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- E) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, que estiver afastado para o exercício de mandato eletivo, para efeito de benefício previdenciário, terá os valores determinados como se no exercício estivesse.

**20. Sobre Direito Constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
- B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21. Nos termos da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, EXCETO:**

- A) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.
- B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- C) negar publicidade aos atos oficiais.
- D) frustrar a licitude de concurso público.
- E) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

**22. Constitui ato de improbidade administrativa, que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades abrangidas pela Lei nº 8.429/92, EXCETO:**

- A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- B) Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades abrangidas pela Lei nº 8.429/92.
- C) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- D) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- E) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma, para a sua aplicação irregular.

**23. Sobre os Atos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) A extinção do ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade se dá por meio da revogação.
- B) Os efeitos produzidos pelo ato revogado devem ser respeitados.
- C) O Poder judiciário pode revogar ato emanado por outro Poder.
- D) No ato discricionário, observam-se os critérios de conveniência e oportunidade para a sua criação.
- E) Os atos vinculados podem ser anulados pelo Poder Judiciário.

**24. Sobre os Atos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Ato composto é aquele cuja vontade final da administração exige a manifestação de órgãos diversos, havendo alguma autonomia na manifestação da decisão.
- B) Ato simples é aquele emanado da vontade de um só órgão ou agente administrativo.
- C) Ato perfeito é aquele, que teve o seu ciclo de formação encerrado, por ter esgotado todas as fases necessárias à sua produção.
- D) O Decreto é um exemplo de ato normativo.
- E) O parecer é um exemplo de ato enunciativo.

**25. Sobre Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Poder disciplinar é aquele conferido à Administração Pública para a punição da prática de infrações funcionais dos servidores e de todos aqueles que estiverem sujeitos à disciplina dos órgãos e a serviços da Administração.
- B) Poder regulamentar é aquele conferido ao Administrador para editar normas complementares à lei, permitindo a sua execução.
- C) O poder de polícia pode ocorrer de modo preventivo ou repressivo, por meio de normas limitadoras e sancionadoras da conduta daqueles que utilizam bens ou exercem atividades que possam afetar a coletividade.
- D) A polícia judiciária exerce, precipuamente, a atividade inerente ao poder de polícia administrativo.
- E) O poder de polícia é inerente a toda a Administração Pública e se reparte entre todas as esferas administrativas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**26. "...Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei"**

**(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 486).**

**O conceito refere-se ao seguinte ente da administração indireta:**

- A) Empresa Pública
- B) Autarquia
- C) Sociedade de Economia Mista
- D) Organização Social
- E) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**27. Assinale a alternativa que pode diferenciar a Empresa Pública da Sociedade de Economia Mista.**

- A) Meio de criação
- B) Tipo de capital
- C) Objeto da atividade
- D) Integrar a Administração Pública Indireta
- E) Natureza Jurídica

**28. Segundo tipifica a maioria da doutrina brasileira, são atributos do Ato Administrativo, EXCETO**

- A) Exigibilidade.
- B) Executoriedade.
- C) Coercitibilidade.
- D) Imperatividade.
- E) Presunção de Legitimidade.

**29. Sobre a Administração Indireta, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) As Agências Reguladoras podem ser criadas a partir de autarquias, fundações públicas e órgãos.
- B) Tanto as Empresas Públicas como as Sociedades de Economia Mista devem ser estruturadas como Sociedade Anônima.
- C) As Fundações privadas ou públicas têm natureza jurídica de direito público.
- D) A Autarquia é criada mediante autorização legislativa.
- E) As Empresas Públicas têm natureza jurídica de direito privado.

**30. Sobre as Agências Executivas, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Têm como atividade principal o controle e a fiscalização de determinados serviços realizados por empresas privatizadas.
- B) São qualificadas, visando à maior eficiência da atividade pública.
- C) Recebem essa qualificação quando celebram contrato de gestão com o Ministério supervisor.
- D) Possuem um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional, voltado para a melhoria da qualidade da gestão e para a redução de custos.
- E) São autarquias, fundações e órgãos que recebem a qualificação por decreto do Presidente da República ou portaria expedida por Ministro de Estado.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO FINANCEIRO

**31. Sobre a Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise as afirmativas abaixo:**

- I. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa também será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro apenas no exercício em que deva entrar em vigor.
- II. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa também será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto na Lei Complementar 101/00.
- IV. Considera-se adequada à lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.                      B) I, III e IV.                      C) II, III e IV.                      D) I e III.                      E) I e II.

**32. Sobre a Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise as afirmativas abaixo:**

- I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- II. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- III. Na despesa total com pessoal, não entram os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- IV. Na despesa total com pessoal, também entra o somatório dos gastos com vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.                      B) I, II e IV.                      C) II, III e IV.                      D) I, III e IV.                      E) I e III.

**33. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, NÃO poderá exceder o percentual da receita corrente líquida, a seguir discriminado:**

- A) União - até 50%  
B) Estados - até 50%  
C) Municípios - até 50%  
D) União - até 60%  
E) União, Estados ou Municípios - até 50%

**34. A Súmula 66 do STF: “É legítima a cobrança do tributo se houver sido criado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro”. Trata-se de exceção a qual Princípio Orçamentário?**

- A) Anualidade ou Periodicidade  
B) Orçamento Bruto  
C) Totalidade  
D) Legalidade  
E) Universalidade

**35. A classificação econômica da Receita e da Despesa Pública é prevista pela Lei nº 4.320/64. Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo:**

- I. São Receitas de Capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- II. São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros, oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- III. Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

**IV.** Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.                      B) III e IV.                      C) I e IV.                      D) II e III.                      E) I e II.

**36. As dotações para investimentos ou inversões financeiras, que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo-se como auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior bem como as dotações para amortização da dívida pública (Lei nº 4.320/64).**

Esse é o conceito de

- A) Transferência Corrente.  
B) Despesa de Capital.  
C) Receita Corrente.  
D) Transferência de Capital.  
E) Investimento.

**37. Sobre o Orçamento Público previsto na Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo:**

**I.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.  
**II.** Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.  
**III.** O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.  
**IV.** O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.                      B) I e IV.                      C) III e IV.                      D) II e III.                      E) I e II.

**38. Sobre o Orçamento Público previsto na Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo:**

**I.** A regra geral é a de que os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro seguinte ao que forem autorizados.  
**II.** Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.  
**III.** É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.  
**IV.** É permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.                      B) IV.                      C) III e IV.                      D) II e III.                      E) I e II.

**39. A Reserva de Contingência e os Programas Especiais de Trabalho constituem exceção ao seguinte Princípio Orçamentário:**

- A) Universalidade  
B) Legalidade  
C) Precedência  
D) Especificação  
E) Unidade

**40. Acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. O texto refere-se a**

- A) Convênio.
- B) Contrato de repasse.
- C) Termo de cooperação.
- D) Contrato de celebração.
- E) Termo aditivo.

## **LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**41. Sobre a Lei nº 10.520/02, que instituiu o Pregão, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) É vedada a exigência de garantia de proposta e de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
- B) No curso da sessão da fase externa, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- C) Na fase externa, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- D) No curso da sessão da fase externa, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- E) Os licitantes devem apresentar os documentos de habilitação, mesmo que já constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados.

**42. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário nos termos do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Assinale a alternativa cujo requisito se encontra em conformidade com a referida L/C 123/06.**

- A) No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 560.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- B) No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- C) O desenquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte implica a necessidade de alteração dos contratos por elas anteriormente firmados.
- D) A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual admitida na LC 123/06 fica excluída, no exercício subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar.
- E) As obrigações acessórias decorrentes do cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias não são abrangidas pelo tratamento diferenciado da LC 123/06.

**43. Sobre a Lei Complementar nº 123/06, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- B) Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- C) As microempresas e empresas de pequeno porte não poderão participar de certames licitatórios, se estiverem com irregularidade fiscal.
- D) A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.
- E) No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**44. Sobre a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as assertivas abaixo:**

- I.** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- II.** A margem de preferência prevista para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.
- III.** Consideram-se sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos os bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação cuja descontinuidade provoque dano significativo à administração pública e que envolvam, pelo menos, um dos seguintes requisitos relacionados às informações críticas: disponibilidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade.
- IV.** Considera-se projeto básico o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**Está CORRETO, apenas, o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) IV.
- C) III e IV.
- D) II e III.
- E) I e II.

**45. Sobre a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as assertivas abaixo:**

- I.** O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais.
- II.** A validade do registro de preços não pode ser superior a 6 (seis) meses.
- III.** Os preços registrados serão publicados trimestralmente, para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- IV.** O recebimento de material de valor superior ao limite, estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

**Está CORRETO, apenas, o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) IV.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) I e II.

**46. Sobre a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as assertivas abaixo:**

- I.** O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quarenta e cinco dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".
- II.** O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quinze dias úteis para convite.
- III.** É inexigível a licitação para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela FINEP, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.
- IV.** É dispensável a licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de absorção tecnológica.

**Está CORRETO, apenas, o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) IV.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) I e IV.

**47. Sobre os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as assertivas abaixo:**

- I.** O contratado pode optar como garantia a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- II.** Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor desses bens não integra o valor da garantia.

- III.** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- IV.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, II e III.                      B) I, III e IV.                      C) II e IV.                      D) I, II e IV.                      E) I e IV.

**48. Sobre os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, assinale a alternativa em que os contratos podem ser alterados unilateralmente pela Administração.**

- A) Quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- B) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- C) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- D) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis.
- E) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

**49. Sobre os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, NÃO constitui motivo para rescisão do contrato:**

- A) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em casos excepcionais.
- B) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- C) A subcontratação total ou parcial do seu objeto não admitida no edital e no contrato.
- D) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, mesmo que não prejudique a execução do contrato.
- E) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

**50. Sobre os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) A multa decorrente do atraso injustificado na execução do contrato, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.
- B) Se a multa decorrente do atraso injustificado na execução do contrato for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado, pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- C) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.
- D) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a pena de advertência.
- E) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a pena de multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

## **DIREITO CIVIL**

**51. Sobre o Direito de Empresa previsto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, dependendo do regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- B) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- C) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- D) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- E) Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

**52. Sobre o Direito de Empresa previsto no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- B) A adoção de fichas dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.
- C) Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.
- D) Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou por sociedade empresária.
- E) O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.

**53. Sobre as diferentes classes de Bens, constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades a respectiva espécie de bem**

- A) os de uso comum do povo, que são inalienáveis.
- B) os de uso especial, que são inalienáveis.
- C) os dominicais, que são inalienáveis.
- D) os de uso especial, que podem ser alienáveis, observadas as exigências da lei.
- E) os dominicais, que podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

**54. Sobre as Pessoas Jurídicas previstas no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- B) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- C) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, de ofício, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- E) Nas associações, não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

**55. Sobre as Pessoas Jurídicas previstas no Código Civil Brasileiro, analise os itens a seguir:**

- I.** Nas Associações, a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- II.** Nas Associações, compete privativamente à assembleia geral destituir os administradores e alterar o estatuto.
- III.** Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- IV.** Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados a instituições filantrópicas.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) I e IV.

**56. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil**

- A) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- C) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- D) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- E) os pródigos.

**57. Analise os itens a seguir:**

- I.** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- II.** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.



- III.** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.
- IV.** A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

**Está CORRETO, apenas, o que se afirma em**

- A) I, II e IV.                      B) I, II e III.                      C) III e IV.                      D) I, III e IV.                      E) I e IV.

**58. Será(ão) averbada(os) em Registro Público**

- A) os nascimentos, casamentos e óbitos.  
B) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.  
C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.  
D) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.  
E) os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

**59. Cessará para os menores a incapacidade, EXCETO:**

- A) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.  
B) Pelo casamento.  
C) Pelo exercício de emprego público efetivo.  
D) Pela colação de grau em curso de ensino superior.  
E) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

**60. Analise os itens, a seguir, nos termos do que dispõe o Código Civil Brasileiro:**

- I.** Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.  
**II.** A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.  
**III.** A capacidade dos índios será determinada, conforme a sua convivência com a civilização.  
**IV.** O índio pode ser considerado absolutamente incapaz.

**Está CORRETO o que se afirma em**

- A) I, II e IV.                      B) I, II e III.                      C) I e II.                      D) I, III e IV.                      E) I e IV.